

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Latussa Laranja Monteiro

**REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA: O PLANEJAMENTO METROPOLITANO, A ACUMULAÇÃO
ENTRAVADA E A CONFIGURAÇÃO URBANA RESULTANTE.**

Monografia de conclusão da disciplina "O mercado e o estado na organização espacial da produção", ministrada por Csaba Déak, Sueli Schiffer e Nuno Fonseca no Programa de Pós-graduação da Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo.

São Paulo

2013

I. APRESENTAÇÃO

Este trabalho, requisito de conclusão da disciplina "Mercado e Estado na organização espacial da produção", é um esforço de entender o processo de planejamento e gestão da Região Metropolitana de Vitória, em dois momentos, o primeiro, entre as décadas de 1960/70 que se apresenta como de formação da Região, o atual, relacionados à argumentação da acumulação entravada (DEÁK, 1989), como quadro explicativo que desnuda a atuação do Estado e o espaço resultante.

Ao relacionar o planejamento urbano da região em dois momentos distintos, o trabalho busca encontrar as diferenças retóricas e práticas para compreender a situação atual que encontra a Região Metropolitana como espaço de extrema concentração de infraestruturas de produção do estado do Espírito Santo, não obstante a exacerbação dos efeitos da fragmentação e carência das infraestruturas urbanas, herdada décadas de 1960/70, período de implantação dos chamados Grandes Projetos Industriais na lógica do II PND e que segue sem indícios de mudança no atual novo ciclo de investimentos.

O artigo está dividido em quatro partes: além dessa apresentação, a segunda parte apresenta o conceito da acumulação entravada, relacionada ao planejamento urbano a suas retóricas. Na terceira parte se busca, mais uma vez, corroborar a noção de que não foi a ausência de planejamento a responsável pela conformação atual do território metropolitano e se apresenta brevemente a gênese do planejamento metropolitano e seus principais documentos **Plano de Desenvolvimento Integrado da Micro Região de Vitória (1973)**¹ e o **Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória (1975)**, citando as tentativas de planejamento estratégico dos últimos anos, utilizado para "orientar" seu "desenvolvimento" com horizonte em 2030. A quarta e última parte procura concluir a argumentação, sugerindo questões para desdobramentos futuros dentro da Tese ora em construção.

Adicionalmente, cumpre destacar que o presente trabalho se insere na construção maior de tese de doutoramento em Planejamento Urbano, em que a fragmentação das políticas e espaço resultante é o objeto maior de estudo.

¹ Este artigo optou por manter os nomes dos documentos tal qual se apresentam originalmente grafados, mesmo que a forma utilizada tenha se tornado inadequado à grafia atual.

II. ACUMULAÇÃO ENTRAVADA, PLANEJAMENTO URBANO

A acumulação entravada tem suas bases históricas na vitória das forças conservadoras em torno de José Bonifácio, fazendo com que a "Independência" do Brasil, resultasse na formação de um Estado cujo objetivo era assegurar as mesmas condições coloniais anteriores de reprodução e sua "evolução futura" como explica Csaba Deák:

"o objetivo da constituição do Estado brasileiro ficou sendo o de assegurar as condições da reprodução do status quo ante, isto é, da sociedade colonial, organizada em função da produção colonial." (DEÁK, 1991, p).

Desta maneira, segundo o mesmo autor, o liberalismo, como forma ideológica do estágio extensivo do capitalismo² resultante da revolução burguesa nos países centrais, assumiria no Brasil apenas a "farsa de sua adoção" como arcabouço institucional da nova nação: elitista, mas não burguesa.

Naquele momento, o excedente da produção, anteriormente remetido à metrópole, continuou expatriado para pagamento da dívida de dois milhões de libras à Inglaterra, exigência de Portugal para reconhecer a independência brasileira, com intermediação do governo inglês.

A dívida era freio suficiente para não ser possível modificar a forma de produção e assim, não criar uma burguesia forte o suficiente para contrapor-se às elites coloniais que permaneceram à frente da sociedade.

"Para avaliar a ordem de grandeza do valor dessa dívida surgida por geração espontânea, podemos compará-la com os investimentos em estradas de ferro na Inglaterra que construiu da ordem de 350 milhas de rede nos primórdios da 'idade do trem', entre 1800 e 1825, no valor total de £1,5 milhão, extensão essa que seria alcançada pelas linhas férreas brasileiras (presumivelmente, de semelhante valor) por volta de 1864. Ou seja, a dívida assumida pagava com folga todos os investimentos naquele novo meio de transporte feitos até aquela

² Este trabalho considera a periodização do capitalismo segundo Csaba Deák (1991), mais diretamente relacionada às condições de acumulação do sistema, como tendo um primeiro estágio extensivo de acumulação, seguindo de um intensivo, de acordo com Aglietta (1976) e finalmente do atual estágio tardio ou contemporâneo, conforme Mandel (1972).

data na maior potência da época, ou então cobriria igualmente os investimentos correspondentes no próprio Brasil pelos 40 anos subsequentes." (DEÁK, 1991).

O Estado é o principal produtor de infraestruturas que criam os diferentes graus de adequação do solo e o plano, em sentido amplo, é a forma pela qual o Estado dá a entender o que pretende fazer, mostra intenções e sinaliza ao mercado que tipo de espaço será produzido e onde. Conforme Grillo(2013), "Esta ação direta do Estado na formação e homogeneização do espaço equivale dizer que o Estado age diretamente na unificação do mercado e na produção deste espaço."

Complementarmente:

"A produção do espaço urbano é governado por leis diferentes daquelas da produção de mercadorias, devido ao fato de o mesmo não poder ser produzido enquanto valor de uso individualizado." (DEÁK, 1985, p.94).

Por esse motivo, no âmbito do planejamento urbano, o estado é o principal responsável pela construção das infraestruturas e o planejamento é seu instrumento. Partindo do princípio do interesse coletivo, o planejamento compõe-se de intervenção, por um lado e pela forma ideológica dominante no momento, diretamente revertida na retórica do plano.

Como aos diferentes estágios do capitalismo correspondem formas ideológicas próprias, o planejamento mostra mudanças em sua retórica de sustentação. Assim:

"Temos o liberalismo no estágio extensivo, que propagava a ideia de liberdade individual e a social democracia no estágio intensivo, em que se propagavam as ideias de planejamento em função do interesse coletivo e que se concretizavam no Estado de Bem-estar, capitaneado e implementado pela figura central do Estado." (GRILLO, 2013, p. 29).

O planejamento urbano surge no estágio intensivo do capitalismo, para garantir a reprodução da força de trabalho, quando no equacionamento das demandas relativas às conurbações, sua estruturação e ordenamento passavam a ser necessárias. Os principais instrumentos dessa fase são os Planos Diretores e

os Planos de Desenvolvimento Integrado, Zoneamentos e controles de uso e ocupação, em voga no país nas décadas de 1960 e 70, quando a industrialização e o crescimento econômico gestaram o milagre brasileiro.

Em sua tentativa de explicar o Brasil considerando sua formação singular e por um ângulo de visão antropológica que busca despir-se da condição de dominado, sobre a industrialização e a urbanização decorrente, Darcy Ribeiro enuncia:

"A espoliação estrangeira, que amparada pela política governamental fortalecera seu domínio, fazendo-se sócia da expansão industrial, jugulando a economia do país pela sucção de todas as riquezas produtivas." (RIBEIRO, 1995, p 200).

Assim, a expatriação do excedente segue sendo freio para a acumulação desimpedida.

Segundo Déak³, o momento de desqualificação do Estado como capaz de responder às demandas, trazido pela ideologia neoliberal é o mais confortável à manutenção da sociedade de elite, pois há um arrefecimento da dicotomia entre o propalado interesse comum e a "manutenção da precariedade e fragmentação das infraestruturas da produção". Nesse momento surgem os formatos do Planejamento Estratégico, Parcerias Público-Privadas e Operações Urbanas Consorciadas, que em maior ou menor grau significam exceções ao ordenamento abrangente, acusado de utópico, do momento anterior.

"O encaminhamento das 'questões urbanas' ou, em outros termos, o estabelecimento dos níveis de serviço providos pela infraestrutura urbana decorrem do respectivo estágio de desenvolvimento específico, que impõe as condições de produção e reprodução social, e em particular, o nível de subsistência da força de trabalho." (DEÁK, 1991, p.94).

A esta dificuldade, o prisma trazido pela acumulação entravada é de grande ajuda, ao postular, muito diretamente, que a infraestrutura precária e o espaço fragmentado decorrente são condições da manutenção dos entraves que impedem a acumulação plena, que levaria à transformação da sociedade de elite à burguesa.

³ Planejamento urbano, em "verbetes" da disciplina. Disponível em:
http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/planejamento-urb/index.html

Então, não há surpresa.

III. O PLANEJAMENTO E A REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA

Os visíveis impactos tanto do inchaço populacional ocasionado pela massiva migração campo-cidade, quanto a lógica da organização social da produção na RMGV das décadas de 1960/70 antecedem e se sobrepõem a qualquer planejamento urbano local, que segue desde então a reboque, na tentativa de mitigar ou adequar *a posteriori* a malha urbana resultante.

A crise do café a partir de 1955 e a erradicação dos cafezais estão na base do processo de urbanização acelerada, pois significou no Espírito Santo o efeito principal a perda de aproximadamente 60 mil empregos, atingindo estimativamente 240 mil pessoas, das quais boa parte migrou para as cidades⁴. (ROCHA & MORANDI, 2012).

Especificamente os Grandes Projetos⁵ siderúrgico-portuários do segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (PND II) e os eixos logísticos criados ou expandidos em função desses, formaram os vetores de expansão urbana que configuraram a RM⁶ e significaram igualmente atração de grande número de pessoas, na expectativa de empregabilidade.

Os principais investimentos são em siderurgia e infraestrutura portuária. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que já havia construído o Porto de Tubarão em 1966, entre 1969 e 1979 implantou cinco usinas de pelotização, em associação com capitais do Japão, Itália e Espanha (MOTA, 2002) significando investimento de US\$ 1 bilhão. (ZANOTELLI, 1998)

A migração é responsável por 70% do crescimento populacional entre 1970 e 1980, ocasionando o crescimento urbano "desordenado", com início da ocupação de manguezais, áreas alagáveis e encostas, ao

⁴ Outro efeito foi a plena liquidez de ativos representados pelos cafeeiros, mediante indenização por cova erradicada. Para maiores detalhes dos impactos na economia do ES, ver Rocha & Morandi, 2012.

⁵ Denominação dada pela literatura econômica aos investimentos citados, mais a siderúrgica Samarco (capital canadense, 1978) em Anchieta, a Aracruz Celulose (1979), no município de mesmo nome e a Companhia Siderúrgica de Tubarão, CST em 1983 (Mota, 2002: p53)

⁶ Os projetos implantados pelo Plano de Metas do Governo J. Kubitschek na década de 1950, embora tenham significado uma expansão da indústria capixaba, não tiveram o mesmo vulto.

mesmo tempo em que se inicia um processo de desconcentração populacional em relação ao município central da aglomeração.

No país, o planejamento das ações que deveriam corrigir, ou segundo a retórica da época, permitir que o país fosse alavancado ao seu destino mítico e inevitável de grande nação⁷, era centralizado na atuação de instituições ministeriais, como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, SERFHAU, principalmente por meio de Planos de Desenvolvimento Integrado para as principais cidades no contexto da descentralização das atividades industriais.

Muito embora a então denominada Microrregião de Vitória tenha recebido financiamento do SERFHAU que resultou em um abrangente **Plano de Desenvolvimento Integrado da Micro Região de Vitória (PDI)**, os projetos e plantas industriais guardavam pouca ou nenhuma relação com as Diretrizes do Plano, mesmo por que aconteciam em paralelo e após extenso trabalho de caracterização dos “problemas”, dizia-se que o Plano o plano já nascia defasado. Aqui cabe a pergunta: defasado em que, ou como, uma vez que a maioria do conteúdo é pertinente ainda hoje?

Não se trata aqui da defesa do instrumento do Plano como salvo-conduto em direção a um relativo equilíbrio da aglomeração urbana, mas um apontamento na direção de evidenciar o descolamento entre a retórica e a prática, no momento considerado como de auge do planejamento no Brasil, descolamento esse que parece continuar evidente no momento atual e como já visto, de acordo com a manutenção da precariedade na lógica da acumulação entravada.

Como resultado, o território mostra um grande passivo urbano em aberto até os dias atuais, em que ainda se equaciona, por exemplo, a coleta e tratamento de esgoto e a poluição dos recursos hídricos (fluvial e marítimo), ao mesmo tempo em que se aprofundam as questões ligadas à violência urbana e aos problemas de mobilidade.

Hoje, diante das expectativas de projetos de um novo surto de desenvolvimentismo sobre as mesmas bases (siderurgia e portuária), as questões urbanas são postas de lado, frente aos (antigos) argumentos do sempre

⁷ II PND, texto de abertura.

necessário "crescimento" econômico.

O processo de planejamento na Região Metropolitana de Vitória é iniciado durante a década de 1960, por algumas tentativas em que se destacam, institucionalmente:

- Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória (COPI) 1967: iniciativa dos cinco municípios conurbados ao redor de Vitória, incluindo além deste os municípios de Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Aprovação nas Câmaras dos cinco municípios, com a Comissão instalada em 31 de janeiro de 1968. Funcionamento em março de 1969, após registrar estatutos, reestruturar-se e criada a diretoria executiva. De caráter interdisciplinar com o objetivo de elaborar um Plano de Desenvolvimento Integrado, orientar os municípios durante sua implantação, divulgar técnicas de planejamento local integrado e formar pessoal especializado. O Plano, versão preliminar, possibilitou a obtenção de financiamento para estudos prioritários do FIPLAN (Fundo de Financiamento de Planos Integrados) gerido pela SERFHAU. Além disso, buscou ampliar a receita dos municípios, por meio da elaboração das plantas e cadastros fiscais, além de qualificação dos quadros técnicos municipais.
- Companhia de Desenvolvimento Urbano Sociedade Anônima (COMDUSA), Lei n2438 de 28/08/69, regulamentada pelo decreto n. 32 de 31/12/69. Criada concomitantemente, porém pelo Governo do Estado, suas atribuições eram em muito sobrepostas às do COPI, como realizar estudos e pesquisas necessárias à elaboração e execução de um plano diretor da área da Grande Vitória. Ademais, deveria ditar normas para o planejamento territorial de todo o estado, subsidiar a elaboração de leis sobre uso e ocupação do solo urbano. A principal marca da empresa foi a realização de projetos de urbanização, com grande volume de aterros que reconfiguraram a linha de mar da Ilha de Vitória.

A COMDUSA, com financiamento da SERFHAU, contrata o escritório Maurício Roberto Arquitetos (1970) para concretização dos estudos e anteriores e elaborar o PDDI. Não está claro a que termo chegou o estudo

do COPI, ou se o financiamento obtido junto ao FIPLAN foi o responsável pela contratação⁸, mas o plano foi finalizado em 1971, quando já se encontravam em andamento as tratativas relacionadas aos Grandes Projetos. O porte dos investimentos era tal, que mudava francamente a realidade estudada pelo PDDI em seu vasto diagnóstico.

A intenção, além da descentralização industrial, era se utilizar da potencialidade locacional do estado, até hoje propalada à exaustão. A magnitude dos investimentos ensejou a constituição, pelo BANDES, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, de grupo de trabalho para elaboração de estudos com o objetivo de avaliar os impactos econômicos dos projetos, gerando o Programa de Reaparelhamento Estrutural, que buscava alinhar as necessidades de infraestrutura para os anos seguintes abrangendo todo o território, sugerindo a polinucleação da região, também apontada pelo PDDI.

Após a criação de uma Secretaria de Planejamento no governo estadual, segue-se a elaboração do **Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória (PEE)** que deu origem em 1976 à Fundação Jones dos Santos Neves, órgão que por décadas gestou o planejamento em todo o estado e notadamente da região metropolitana, posteriormente transformado em autarquia da Secretaria de Economia e Planejamento.

Aqui é importante ressaltar um aspecto dos dois documentos da década de 1970: o PEE foi publicado em um número especial da Revista Fundação Jones dos Santos Neves, uma publicação de 38 páginas, enquanto o PDDI, financiado pela SERFHAU, tem 469 páginas contando apenas o segundo volume, excetuada a cartografia e os estudos urbanísticos expressos em croquis.

Ao se analisar apenas o item relativo aos aspectos institucionais, percebe-se que o PEE faz mera transcrição do PDDI na parte descrita nos "Condicionantes Políticos" da Fundamentação do Plano, mas guarda excessiva simplificação das propostas de arranjo institucional, contidas no item III.5, Institucionalização do Sistema de Planejamento, ao sugerir a articulação da Aglomeração Urbana da Grande Vitória a partir de um Conselho de Prefeitos.

⁸ Os volumes do PDDI são datados de 1973 e trazem em sua segunda página os nomes do governador do estado, dos prefeitos dos cinco municípios e da diretoria da COMDUSA, dando ideia de cooperação.

O PEE, ao mudar o foco das proposições contidas no PDI, mantendo, porém seus pressupostos gerais, sugere o embate de forças locais agindo exatamente no aspecto prático, no que pudesse significar efetivamente alguma mudança. Obviamente, tais conclusões não se transcrevem e explicam nas letras do Plano de Estruturação do Espaço. Supõe-se, que o PDI, realizado por equipe externa e, portanto, mais salvaguardada das pressões de poder local, pode ser mais abrangente em suas proposições, inclusive ao descrever a proposta fusão dos quatro municípios, da ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Delegacia do Espírito Santo, em 1970, que o PEE nem ao menos cita.

Além dos Planos citados, encontra-se o Termo de Referência para "**Re-estudo do plano de estruturação do espaço – Grande Vitória**", formulado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, datado de março de 1985, que aponta para as dificuldades enfrentadas pelo processo de planejamento na década de 1980, em virtude da crise econômica e objetiva munir o órgão de assessoria técnica do "Sistema Estadual de Planejamento" do instrumento necessário para sua atuação.

Orçado em Cr\$684.897.500,00, se atualizado pelo IPC-A IBGE⁹, corresponderia a um total de R\$ 1.475.584,63 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos), em plena crise (econômica e de planejamento), o reestudo não chegou a ser contratado.

Logo após, em 1988, era promulgada a Constituição, elevando os municípios a entes federativos e atribuindo-lhes, dentre outras, a competência da gestão de seus territórios. Os dois artigos constitucionais que tratam da política urbana o art.182 e o art.183, apenas foram regulamentados em 2001, pela Lei nº10.257 de 10 de julho de 2001, mais conhecido como Estatuto da Cidade. Após a destruição ideologizada dos Planos Diretores e de Desenvolvimento Integrados ao longo de décadas, o marco legal decide que é o Plano Diretor Municipal que nos virá salvar a todos da barbárie do crescimento "não planejado".

A Região Metropolitana da Grande Vitória, RMGV instituída pela Lei Complementar nº 58 em 21 de fevereiro de 1995, composta pelos cinco municípios conurbados, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e

⁹ Valores corrigidos para junho de 2013, pelo aplicativo Online do Banco Central do Brasil "Calculadora do Cidadão". Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em 28 de junho de 2013.

Viana, posteriormente acrescida de Fundão e Guarapari, apenas teve o atual sistema gestor criado em 2005. A gestão é feita pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória, COMDEVIT, composto dos sete prefeitos da região metropolitana, sete secretários de Estado e três representantes da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo, FAMOPES. O conselho tem caráter deliberativo decidindo sobre a contratação de estudos e projetos de interesse comum e é assessorado tecnicamente pelo Instituto Jones dos Santos Neves, que também exerce as funções de secretaria executiva e gestor do Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (FUMDEVIT)¹⁰.

No concernente ao recorte específico deste trabalho, não é possível discorrer sobre os arranjos de gestão efetivados em diferentes graus, desde aqueles "tempos áureos" do planejamento, de que o sistema gestor atual é herdeiro, basta dizer que o "concerto" de ações entre os entes, já apontado como dificuldade antes da municipalização da política territorial de 1988, cujo "principal efeito concreto é a fragmentação e, portanto, enfraquecimento do processo de planejamento" (GRILLO, 2013).

Igualmente, não é o foco discorrer sobre as ações de integração, em sua maioria ainda no campo dos estudos, como o Estudo de uso e ocupação do solo e circulação urbana na RMGV (2009), ou a integração do transporte coletivo, iniciada em 1989 e apontada como um importante fator de desconcentração de atividades e de distribuição de estrutura viária na RM.

Importa mais mostrar que os Planos da década de 1970¹¹ são expressão do que poderia ter sido a região e não o foi, ou ainda uma agenda que permanece em aberto agora no novo modelo Estratégico de Planejamento.

A diferença básica reside na retórica do "planejamento" que dentro da ideologia neoliberal, toma a forma do Planejamento Estratégico, que se entende como aquele que aproxima a gestão das cidades da gestão das

¹⁰ Ver Leis Complementares 318 de 18 de janeiro e 325 de 23 de junho de 2005.

¹¹ Esta análise entende o PEE como a proposta afinal encampada pelas forças políticas embora, e talvez exatamente por esse motivo, menos abrangente. Nesse item específico, a premissa parece adequado, uma vez que o modelo gestor atual funciona como um Conselho de Prefeitos e Secretários de Estado, mais representantes dos moradores.

empresas. Segundo Déak, em "verbetes"¹², outros instrumentos como Parcerias Público-Privadas, Operações Urbanas Consorciadas e retóricas (inserção global, desenvolvimento sustentável) também compõe o modo atual de se planejar.

Com diversas e óbvias considerações, relacionadas à venda de cidades e, portanto, à busca de compradores solváveis, o planejamento estratégico, também chamado "pensamento único" (ARANTES, 2000) que nos países centrais vem se contrapor ao Estado do Bem-estar Social, no Brasil é abraçado pela sociedade de elite sem que o país tivesse, em algum momento, chegado à plenitude dos serviços públicos do "bem estar social", principalmente em questões de homogeneização de infraestruturas.

Tome-se, por exemplo, os seguintes objetivos de um programa de transportes:

"a) aumento na eficiência dos transportes coletivos, em três modos: inicialmente, o rodoviário e o aquaviário e, posteriormente, o ferroviário;

b) restrição ao uso do transporte individual;

c) racionalização do uso das vias urbanas."

Exceto pela falta de referencia explícita a modais não motorizados, esses poderiam ser os objetivos escritos em 2013, mas na verdade, constam de documento elaborado de 1975, sobre o Programa Global de Transportes¹³.

Outro exemplo, a infraestrutura de saneamento ambiental, sobretudo a coleta e o tratamento de esgotos ainda lançados em sua maioria no mar, e a drenagem, foram tratados no PDDI (1973) com o estabelecimento de "Faixa Sanitária" de 100 metros para os principais rios, e de 50 metros para cursos de volume secundário, destinadas a áreas verdes e instalações de redes de infraestrutura.

Hoje se encontra em andamento a contratação de projetos de drenagem urbana e "Revitalização de rios e

¹² Verbetes "planejamento Urbano" disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/planejamento-urb/index.html. acessado em 28/06/13.

¹³ Grande Vitória: Plano de Estruturação do Espaço. (Fundação Jones Santos Neves, 1979: p26)

canais", em dois daqueles rios citados em 1973, ao custo estimado na casa dos milhões de reais. De fato, a reservação de **100 (cem) metros** a partir da margem na cheia, pudesse ser acusada de inexecuível, mas hoje o maior problema é o reassentamento da população que ocupa suas margens com faixa sanitária de "**zero metro**".

A Tabela 01, reproduzida abaixo, mostra o crescimento populacional do estado do Espírito Santo e da Região Metropolitana, os principais ramos industriais no estado e a relativa mudança no vetor de implantação dos novos investimentos.

Tabela 01

	<u>1970</u>	<u>2010</u>
Popul. ES	1,4 milhão de hab.	3,5 milhão de hab.
População Grande Vitória	200 mil hab.	1,6 milhão de hab.
Ramos industriais	mineração, celulose e siderurgia	mineração, petróleo e siderurgia
Eixo de Desenvolvimento	Grande Vitória	Litora Sul e Norte

Fonte: IJSN, 2011.

Percebe-se que a Região Metropolitana concentra cerca de metade da população estadual (48%), tendo se multiplicado por oito nas últimas quatro décadas. Com relação ao PIB estadual (R\$ 82,121 Bilhões), 63,16% estão concentrados na RM (R\$ 51,867 Bilhões), em pouco mais que 5% de seu território.

Muito embora o grande desafio apresentado seja o da Interiorização do Desenvolvimento, exposto no Plano (estratégico de governo) ES2025¹⁴, partindo novamente do pressuposto do bem comum, estudos econométricos¹⁵ sobre as bases de dados de investimentos futuros apontam a enorme concentração destes na Região Metropolitana, com grandes assimetrias entre os sete municípios.

"Do mesmo modo, as relações que constituem o espaço econômico são caminhos, estradas, fios, cabos, tubulações, antenas, satélites etc., pelos quais objetos materiais e pessoas podem ser transportados de localização a localização. São

¹⁴ Sua atualização, em andamento, foi entendida como necessária após as mudanças na divisão dos recursos do petróleo e da queda de incentivos fiscais, como o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP). Seu desenvolvimento pode ser acompanhado em: <http://www.es2030.com.br>

¹⁵ Ver Magalhães e Toscano, 2011.

estruturas físicas – em seu conjunto uma infraestrutura– e devem ser construídas para existirem.

Somente assim a distância entre duas localizações (em comprimento, em tempo, em custo monetário), a estrutura do espaço e em última análise, o próprio espaço, se materializa. "O espaço econômico é um produto do trabalho." (DEÁK, 1985, p.86-87).

Quanto maior a homogeneização do espaço em termos de infraestrutura, menor a discrepância entre diferentes localizações e pode-se supor maior a qualidade urbana oferecida aos cidadãos.

"Em particular, as aglomerações urbanas terão saneamento mais acurado, transporte rápido de massas abrangente, transporte coletivo diversificado e de boa qualidade, redes adequadas de telefonia e de informações, áreas públicas e de lazer mais generosas e equipadas, serviços públicos acessíveis, ou patrimônio histórico respeitado e conservado e paisagem urbana condizente, se as transformações da sociedade os requererem, isto é, se a sociedade brasileira se livrar do lastro patrimonialista e dos entraves a seu desenvolvimento para entrar em um estágio de desenvolvimento fundado no aumento da produtividade do trabalho, que requer, enquanto necessidade histórica, uma elevação - sempre crescente - dos níveis de reprodução da força de trabalho e conseqüentemente, dos níveis de serviço das infraestruturas e serviços urbanos." (DEÁK & SCHIFFER, 1999, p. 17).

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, partindo da observação da fragmentação espacial da Região Metropolitana de Vitória, objeto do projeto de tese submetido em 2012, procurou relacionar os aportes trazidos pelas exposições e leituras da disciplina "Mercado e Estado na organização espacial da produção", cursada ao longo do primeiro semestre de 2013.

A principal restrição deste trabalho reside no fato de que a busca de entendimento de lógicas presentes em decisões do passado não se pode desvencilhar de nosso conhecimento presente. Em outras palavras, as práticas de planejamento, que se efetivam (ou não) no espaço a partir de decisões políticas revertidas em ações administrativas, algumas vezes guardam mais informação nas entrelinhas do que no que está efetivamente dito e publicado.

Após breve descrição das formas assumidas pelo planejamento em dois momentos distintos, percebe-se que:

- a) Embora haja diferenças retóricas, poucas são as diferenças práticas e muito visíveis a inoperância e a ineficiência das ações estruturantes.
- b) Diversas questões relativas à infraestruturação urbana e gestão da Região Metropolitana, ainda que exacerbadas, permanecem presentes.
- c) A execução atual de projetos sem programas, fragmentariamente, em todos os âmbitos, reflete a fragmentação proposital assumida pelo planejamento sob a égide do neoliberalismo.

Ambas as considerações estão de acordo com o argumento da acumulação entravada, segundo a qual não há surpresas na manutenção dos passivos urbanos em nenhum dos dois quadros históricos, uma vez que a urbanização é apêndice e que o pleno desenvolvimento do espaço não é desejado, pois implicaria na retirada dos entraves que mantêm a sociedade de elite "a salvo" do risco de ser finalmente substituída por uma sociedade burguesa fortalecida por uma indesejada acumulação desimpedida.

Surpresa seria isso virar sociedade.

REFERÊNCIAS:

AGLIETTA, Michel. **Régulation et crises du capitalisme**. Maspéro, Paris, 1976

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Ed vozes, 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SOCIEDADE ANÔNIMA - COMDUSA. Plano de Desenvolvimento Integrado da Micro-região de Vitória. 2 vol, 520 p. Rio de Janeiro, 1976.

DEÁK Csaba. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. **Espaço & Debates**. 32, p. 32-36. (1991) Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/91ace/index.html. Acesso em 09 de maio de 2013.

_____. **Rent theory and the price of urban land/ Spatial organization in a capitalist economy**. 1985. Tese (Doutorado), trad. Francisco de Almeida (capítulo 5 em português). Cambridge, 1985. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/85r-thry/4loc-espac/Cap4-loc-esp.pdf. Acesso em 09 de maio de 2013.

_____. O mercado e o estado na organização espacial da produção capitalista. In: **Espaço & Debates**. 28:18-31, 1989. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/89M_E/index.html. Acesso em 09 de maio de 2013.

_____. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In Deák, Csaba e Schiffer, Sueli (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/99pub/index.html. Acesso em 09 de maio de 2013.

_____. Verbetes. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/1disc/a2FK-EM/14-planej/index.html>. Acesso em 19 de julho 2013.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025**. Vitória, 2006. Disponível em: www.espiritosanto2025.com.br. Acesso em 11 de julho de 2011.

FUNDAÇÃO JONES SANTOS NEVES. **Revista**. Ano II, n.02, Abr/Jun/ 1979. 48p.

GRILLO, Maria Teresa Oliveira. 2013. **A estratégia por trás do estratégico: dos Planos de Desenvolvimento aos Planos Estratégicos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MANDEL, Ernst. **Late capitalism** Verso, London, 1978

MARTINS, M. L. R. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, n 71, 2011 p 59-72. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100005&script=sci_arttext. Acesso em 4 de junho de 2013.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil, Século XX: por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MOTA, Fernando César de Macedo. 2002. **Integração e Dinâmica Regional: o caso capixaba (1960-2000)**. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia Aplicada, Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Angela M. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. 2ª Ed. Vitória, Espírito Santo em Ação, 2012.

VIZIOLE, Simone Helena Tanoue. 1998. **Planejamento Urbano no Brasil: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ZANOTELLI, Cláudio. 1998. **Le pôle de Tubarão e l'expansion périphérique de l'agglomération de Vitória – ES**. Tese (Doutorado). Universidade de Nanterre, Paris, França, 1998.